

## Parte VI - A mobilidade social ao alcance de todos

Trajatória do encontro entre psicólogos e educadores da rede pública de ensino do Rio de Janeiro

Valéria da Hora Bessa  
Marisa Lopes da Rocha

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BESSA, VH., and ROCHA, ML. Trajetória do encontro entre psicólogos e educadores da rede pública de ensino do Rio de Janeiro. In JACÓ-VILELA, AM., CEREZZO, AC., and RODRIGUES, HBC., orgs. *Clio-psyché: fazeres e dizeres psi na história do Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. p. 302-309. ISBN: 978-85-7982-061-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## TRAJETÓRIA DO ENCONTRO ENTRE PSICÓLOGOS E EDUCADORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO RIO DE JANEIRO

*Valéria da Hora Bessa \**  
*Marisa Lopes da Rocha \*\**

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados parciais da pesquisa-intervenção “A escola entre a macro e a micropolítica e as implicações com as práticas psicológicas”, vinculada ao instituto de Psicologia da UERJ e que tem como proposta a investigação das relações entre Psicologia e Educação.

Nesta pesquisa estamos remontando, através do estudo de documentos, publicações e entrevistas com psicólogos e educadores, a trajetória do profissional de psicologia que esteve ligado à Secretaria Municipal de Educação durante a década de 80, tendo sido transferido, em inícios da década de 90, em cumprimento da lei orgânica de 1990, para a Secretaria Municipal de Saúde, passando a atuar em atendimentos à população usuária do ensino público em postos de saúde.

De acordo com documentos, a Secretaria Municipal de Educação contava com 350 professores exercendo a função de psicólogos, em 1984, para suprir demandas advindas dos Distritos de Educação e Cultura (DECs, atuais CRES). Este contingente de profissionais viera se constituindo desde 1975, mediante o artifício “desvio de função”, e começara a estacionar em meados da década de 80.

O “desvio de função” —deslocamento de professores da docência para as práticas psicológicas— resolveu-se parcialmente com a criação do Plano de Classificação de Cargos e Vencimentos do Município do Rio de Janeiro, que instituiu o cargo de psicólogo na SME em 16/03/79.

---

\* Graduanda do curso de Psicologia da UERJ, bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq.

\*\* Professora do Departamento de Psicologia Social e Instituições da UERJ.

Em 19/08/80, a resolução n.º 114 convoca os professores *desviados de função* para o concurso de remoção, com o intuito de preencher novas vagas para psicólogos, criadas junto à SME. O concurso é realizado em 30/08/86. Os professores aprovados passam, então, a ocupar cargos de psicólogos, recebendo os benefícios financeiros referentes a esta função.

Uma vez que só os professores que estivessem, até 1979 (ano da criação do plano), em desvio de função poderiam se inscrever para o concurso, o próprio critério para se candidatar às vagas não permitia extinguir o problema. Com isto, cerca de 80 professores que passaram a exercer a função de psicólogo após o ano de 1979 continuaram em desvio de função, desenvolvendo atividades clínicas no Instituto Helena Antipoff, nos Distritos de Educação e Cultura, nos Centros Ocupacionais e na APAE; porém, recebendo como professores.

Em inícios dos anos 90, este quadro foi drasticamente alterado. Hoje, apenas professores podem estar lotados na SME. Os profissionais que permaneceram no Instituto Helena Antipoff ou na APAE ficaram na qualidade de professores de ensino especial, e os que optaram por funções administrativas exercem atividades burocráticas.

A partir de 1986, proliferam decretos relacionados à atuação do psicólogo. Dentre estes, estava o decreto que, definindo-lhe as atribuições, incluía o psicólogo na área de saúde e assistência social, com possibilidades de lotação na Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Administração.

No ano seguinte, o decreto elevava para 440 o número de psicólogos no Município do Rio de Janeiro. Contudo, em 05/04/1990, a Lei Orgânica Municipal, em seu artigo n.º 353, parágrafo 6º, determina que o psicólogo tem exercício privativo na Secretaria Municipal de Saúde. O parágrafo 9º assevera que caberá à SMS o planejamento e a coordenação das atividades dos profissionais a ela subordinados e, ainda, o artigo n.º 354 estabelece que a SMS e a SME manterão programas conjuntos de educação e saúde, a serem desenvolvidos —nas escolas, locais de trabalho e de moradia— por

profissionais de ambas as secretarias. Vale ressaltar que os psicólogos por nós entrevistados nos postos de saúde desconhecem qualquer planejamento ou ação que tenha extensão junto às escolas.

A transferência dos psicólogos da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Saúde está vinculada ao seguinte entendimento: práticas psicológicas são restritas à saúde —entendendo por saúde uma ação individualizada, curativa e psicologizante.

Apesar de respaldada na Lei Orgânica anteriormente citada, a passagem dos profissionais de psicologia para a saúde não contou com a total aquiescência da categoria, nem solucionou os problemas dos profissionais que pretendiam permanecer junto às escolas. Ao contrário, alguns psicólogos relataram experienciar, na Saúde, um sentimento de não integração, similar ao outrora vivido, no início de suas carreiras, no espaço educacional. Por outro lado, outros —restritos ao modelo assistencial clínico— afirmaram ter desejado a mudança, encontrando, na saúde, o *locus* ideal para a atuação do psicólogo.

É lícito acrescentar que todos os psicólogos entrevistados, atuantes em postos de saúde, descrevem suas práticas como atendimento clínico a crianças enviadas pelas escolas, ou por profissionais da área médica, alegando que, devido ao volume de solicitações, não têm condições de realizar qualquer trabalho, ou mesmo contato, com quem fez o encaminhamento.

Nas entrevistas realizadas com 21 psicólogos, buscamos investigar as práticas desenvolvidas por estes psicólogos nas escolas do município, antes e depois da implantação da Lei Orgânica; o sentido que davam a tais práticas quando ainda tinham algum vínculo com a realidade educacional; quais os tipos de pedidos recebidos, e como identificavam as demandas institucionais.

Entendendo por *pedido* as solicitações explícitas feitas pela escola, e por *demanda*, as solicitações não explicitadas pela escola, mas que se apresentam na forma de conflitos, tensões, angústias... provenientes do cotidiano político-pedagógico, profissional ou relacional, do estabelecimento.

Nosso intuito é traçar um paralelo entre o que os profissionais relatam como sendo suas práticas, e a visão da SME sobre elas, com o intuito de entender o que motivou o afastamento dos profissionais *psi* do campo da Educação no Município do Rio de Janeiro. As entrevistas nos possibilitaram a obtenção de informações mais precisas e detalhadas em relação à atuação dos psicólogos nas escolas públicas e/ou DECs, facultando-nos analisar permanências e mudanças nas práticas desses profissionais após saírem da SME.

Visando a contextualizar tais práticas, inquirimos sobre projetos, perspectivas, formação e possíveis críticas à realidade vigente; igualmente, lhes pedimos que avaliassem suas próprias atuações em ambos os espaços: educação e saúde.

Os resultados da pesquisa mostram que os psicólogos que trabalharam na Educação de 80 até 92 receberam formação universitária privilegiadamente clínico-terapêutica, direcionada para o exercício profissional liberal, cuja ação prepondera em consultórios privados. O referencial teórico-metodológico priorizado na formação foi o psicanalítico, o que gerou, na grande maioria dos entrevistados, um sentimento de não pertencimento ao campo de atuação escolar. Perante atos coletivos e multiplicidade de formações e valores, sentiam-se sem ferramentas para pôr em análise o processo institucional.

Reconceituar público, fazer a análise das implicações com o campo, desconstruir os especialismos, intervir através de práticas grupais autogestionárias não se constituem em instrumentos simples de serem manejados frente a uma realidade em que o paradigma liberal-funcionalista é hegemônico. Neste sentido, alguns entrevistados afirmaram ter buscado informações sobre ação institucional (entendida aqui enquanto dispositivos mobilizadores do cotidiano escolar) em autores externo ao âmbito da Psicologia —Foucault, Lourau, Lapassade, entre outros filósofos e institucionalistas—, e atuado, nas escolas, dentro de uma perspectiva diversa da clínico-assistencial.

Os objetivos desses profissionais, segundo os relatos, era encontrar uma abordagem teórico–metodológica que lhes permitisse desenvolver um trabalho coletivo nas escolas e, concomitantemente, discutir suas próprias condições de trabalho, redimensionando o lugar do psicólogo na rede pública de ensino..

A análise das entrevistas mostrou que os psicólogos caracterizaram suas atuações de três formas distintas: atendimento clínico–terapêutico, intervenção clínico–institucional e intervenção institucional.

- 38,1% dos psicólogos definiram sua atuação como clínico–terapêutica, tendo enquanto prática o atendimento individualizado dos alunos apontados pelos professores como “criança–problema”: portadoras de dificuldades na aprendizagem, distúrbios de comportamento, deficiência física ou mental. A lógica que predomina em seus discursos pertence aos âmbitos do assistencialismo e da prevenção.
- 23,8% definiram sua prática como clínico–institucional; compreendendo por tal afirmação o abandono do atendimento individualizado e a incorporação de técnicas grupais —em especial, o grupo operativo— tanto no aconselhamento ao professor quanto nas reuniões com os pais, ainda no intuito de orientá-los e aconselhá-los sobre os filhos. Esta atuação, embora matizada por elementos discursivos que põem em xeque o caráter dual da relação médico–paciente, mantendo-se ancorada na lógica do assistencialismo e do aconselhamento, reifica o psicólogo como “especialista” e mediador de uma realidade altamente psicologizada.
- 38,1% dos entrevistados definiram sua atuação como institucional, longe do caráter assistencialista. Alegaram procurar pôr em análise o processo institucional das práticas pedagógicas, as relações entre os diversos segmentos escolares, e os critérios e os princípios referente às hierarquias pedagógicas. Para tanto, disseram utilizar, enquanto método, a coletivização das questões do cotidiano escolar,

promovendo a análise das implicações de todos os envolvidos no processo. As práticas relatadas por estes psicólogos incluem: entrevistas com o corpo escolar, reuniões multidisciplinares (com a participação de psicólogos, médicos, orientadores educacionais e assistentes sociais, existentes nos colégios públicos à época), encontros com os alunos e com os pais, além de reuniões sistemáticas com a direção escolar para a discussão de propostas pedagógicas e da própria gestão administrativa.

Dentre essas três formas de atuação, apenas os últimos profissionais, aqueles que definiram seu trabalho como ação institucional, disseram identificar demandas a partir dos pedidos da escola. Consoante eles, as relações existentes no ambiente escolar evidenciavam urgência quanto à problematização sociopolítico-pedagógica das mesmas, o que nem sempre encontrava condições de efetivação junto às direções dos estabelecimentos.

Destaque-se que todos os entrevistados, quando indagados sobre como viam os possíveis efeitos de suas atuações, afirmaram não saber avaliar os efeitos de seus trabalhos ou os considerar insatisfatórios. Em relação ao primeiro e segundo grupos de psicólogos, tal insatisfação se apresentou como decorrente da impossibilidade de atender a quantidade de pedidos de assistência às crianças que chegavam aos DECs. No terceiro grupo, remeteu-se a insatisfação às condições adversas de trabalho no campo da Educação: à estrutura organizacional, que os lotava nos DECs para atendimento de um grande número de escolas; às pressões políticas, oriundas dos DECs e das escolas, quanto à orientação dos trabalhos a serem desenvolvidos; aos horários escassos para estar com as equipes multidisciplinares (excesso de trabalho do corpo docente); ao desinteresse, por parte dos administradores escolares, pela busca de formas alternativas para o cotidiano escolar.

Para melhor apreciarmos os dados até agora por nós obtidos, falta-nos entrecruzar a prática do psicólogo com a do professor. Para tanto, já realizamos trinta entrevistas com educadores da rede municipal de ensino; porém, ainda esperamos realizar outras vinte, com o intuito de ampliar nosso campo de análise. Desta forma, esperamos traçar algumas linhas

cartográficas das relações entre professores e profissionais de psicologia dentro das escolas ou DECS. A maior dificuldade vem se constituindo em encontrar professores que tenham trabalhado com psicólogos: a maioria dos profissionais de ensino atuante na década de 80 e em inícios dos anos 90 encontra-se atualmente aposentado; alguns, embora ainda em atividade, alegam não ter tido contato com trabalhos efetivos de psicologia dentro de seus estabelecimentos escolares.

A reconstrução dessa história nos coloca frente ao desafio de refletir sobre o lugar do psicólogo no campo da Educação. Quem sabe, reafirmemos a escola como espaço produtor de múltiplas possibilidades, no que se refere ao trabalho institucional do psicólogo.

#### *Referências bibliográficas*

- BARBIER, R. *Pesquisa-ação na instituição educativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- BAREMBLITT, G. *Compêndio de análise institucional e outras correntes*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- BARROS, R.D.B. “Grupo: a afirmação de um simulacro”. Tese de doutorado em Psicologia Clínica. São Paulo. PUC, 1994.
- BRANDÃO, C.R (org.) *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ENGUITA, M. F. *A face oculta da escola. Educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FAZENDA, I (org.) *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder* Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- GALLO, S. *Pedagogia do risco. Experiências anarquistas em educação*. Campinas: Papirus, 1995.
- GENTILI, P (org.) *Pedagogia da exclusão. Crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GUATTARI, F. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.



- KRAMER, S.; LEITE, M. I (org.) *Infância: fios e desafios da pesquisa*. Campinas: Papyrus, 1996.
- LOURAU, R. *Sociólogo em tempo inteira. Análise institucional e pedagogia*. Lisboa: Estampa, 1975.
- MACHADO, A.M.; SOUZA, M.P.R (org.) *Psicologia escolar: em busca de novos rumos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- PATTO, M.H.S. *A produção do fracasso escolar* São Paulo: Queroz, 1991.
- PENIN, S. *Cotidiano e escola. A obra em construção*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ROCHA, M.L. “Do tédio à cronogênese: uma abordagem ético–estético–política da prática escolar”. Tese de doutorado em Psicologia Clínica. São Paulo. PUC, 1996.
- RODRIGUES, H.B.C.; LEITÃO, M.B.S.; BARROS, R.D.B (org.) *Grupos e instituições em análise*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- SAIDON, O.; KAMKHAGI, V.R (org.) *A análise institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- SILVA, T.T (org.) *O sujeito da educação. Estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SOUZA, S. J.; KRAMER, S. *Educação ou tutela?* São Paulo: Loyola, 1988.